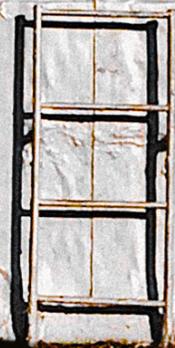
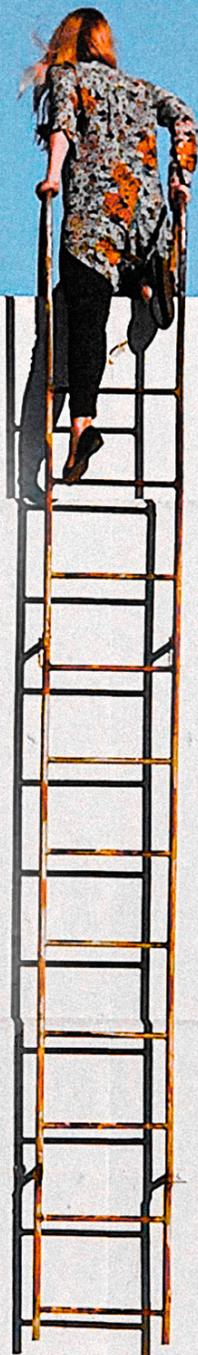


GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Profª. Drª. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)

Profª Drª Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

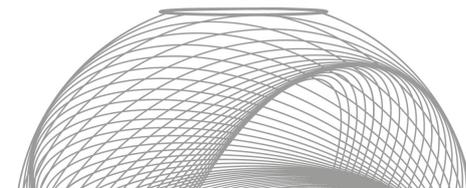
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....	130
---	------------

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia Eleitoral.....	147
--	------------

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das Ações em um Contexto de Emergência.....	174
---	------------

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....	195
--	------------

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-Americanos	215
--	------------

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da Geografia Política.....	230
---	------------

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da Funcionalidade.....	254
--	------------

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....	278
---	------------

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

PARTE II

DIVERSIDADE

TEMÁTICA

GEOGRAFIA POLÍTICA E ENSINO: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CONHECIMENTO GEOGRÁFICO ESCOLAR PODEROSO

Rejane Rodrigues

*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
rcarodrigues@gmail.com*

Marcelo Alonso de Morais

*Colégio Pedro II / Escola Alemã Corcovado
alonsomarcelo@yaho.com.br*

Introdução

Ao longo de décadas, no Brasil, fomos acostumados a expressões como “política e religião não se discutem”, “não adianta votar, pois os políticos nada fazem pela população”, “melhor fechar o Congresso, pois não serve para nada”, “político é tudo ladrão”, dentre outras que são reveladoras de um imaginário social consolidado ao longo da segunda metade do século XX e, no caso brasileiro, reforçado durante o período da ditadura civil-militar iniciada em 1964. Este imaginário foi marcado por concepções de neutralidade e de apoliticidade que confrontavam outro ideário no qual predominava a necessidade da organização de movimentos e de lutas políticas para o alcance de demandas dos grupos de menor expressão social e política.

Em período mais recente, vivemos um aparente florescer do interesse pelas questões da política, sobretudo da política partidária, o qual, contudo, não nos permite falar da participação política na sua plenitude. Basta ver o desconhecimento quase geral quanto à possibilidade de participação democrática via plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular, mecanismos previstos na Constituição de 1988. Para além de um nítido desconhecimento do sistema de representação política e dos mecanismos para a institucionalização das decisões políticas no país, a exemplo de bandeiras levantadas durante os movimentos populares de 2013 como a da rejeição

à participação de partidos políticos nas manifestações (UOL, 2013). Sob efeito deste ideário, surgiram partidos que preconizavam uma mudança no modo de fazer política no Brasil, propondo uma “nova política” a qual contaria com representantes “com nenhuma ou pouca trajetória na política” e, portanto, segundo os defensores desta proposição, livre das imposições dos acordos, das trocas e de outras negociações típicas das casas legislativas.

Esses movimentos, que anunciam um suposto declínio das ideologias, dos partidos políticos e da democracia representativa, foram ainda mais estimulados por eventos ocorridos recentemente, como a pandemia da Covid-19, a ampliação das situações de injustiça espacial, o aumento do fluxo migratório e de refugiados, dentre outros. A estes desafios, somam-se a crise de representação e o ceticismo com os partidos políticos, fortalecendo discursos messiânicos, antissistema e populistas, que defendem soluções milagrosas e imediatas para problemas complexos e o resgate de valores tradicionais, familiares, religiosos e nacionais como alicerces diante das incertezas e do medo (Castells, 2018). Para muitos eleitores, os discursos populistas se tornaram sedutores diante da crença de que as pessoas “comuns” não possuem voz significativa; de que o bem-estar social dos grupos nativos estaria sendo deixado para trás em relação a outros na sociedade, como imigrantes e minorias étnicas; de que os liberais, ao promoverem o multiculturalismo, colocam em risco valores religiosos e a vida familiar tradicional da nação; das promessas de repatriação de empregos e defesa dos trabalhadores locais contra a globalização e/ou o globalismo; da luta em defesa dos valores cristãos e ataques ao islamismo e, finalmente, da defesa de uma identidade nacional territorial (Eatwell; Goodwin, 2020).

Tais construções se evidenciaram, em período recente, em episódios e disputas relacionados aos dois últimos processos eleitorais no Brasil, eleições 2018 e 2022, que revelaram um duplo movimento, de rejeição aos movimentos sociais e às organizações sociais e políticas alinhadas ao ideário da esquerda e uma forte tendência ao extremismo de direita. Pode-se dizer que do descrédito de parte da população na política e nos políticos, observada em afirmações sobre o desinteresse pela política, passamos nos últimos anos a um ativismo político de extrema direita no país (Velasco et al., 2015).

Este cenário, apresentado de forma bastante resumida, nos serve de base para a análise apresentada neste capítulo do livro. Ele nos ajuda a pensar sobre o papel da educação, em particular da Geografia escolar, para a educação política do cidadão brasileiro na direção do reconhecimento da importância da política, em todas as suas dimensões, e da participação política democrática direta ou via sistemas de representação. Os enfrentamentos anunciados nos parágrafos anteriores, considerado nosso interesse particular pela formação escolar do brasileiro, nos colocam diante de importantes questões, dentre as quais se destaca: qual o papel e a importância do conhecimento geográfico para a transformação da realidade socioespacial, considerados os objetivos essenciais de promoção de maior justiça social e territorial no Brasil?

No intuito de refletir sobre esta questão, definimos como objetivo particular para este texto, a análise das contribuições da Geografia Política para a afirmação do conhecimento geográfico escolar como um conhecimento poderoso (Young, 2008), empoderador. Com este intuito, organizamos este capítulo em três partes.

Na primeira, damos atenção à trajetória da Geografia, com atenção à desejada neutralidade esperada, em especial, da denominada Geografia dos Professores. E, apontamos a teoria do conhecimento poderoso como uma espécie de contraponto a esta ideia. Na segunda parte, argumentamos sobre o potencial da Geografia e do conhecimento ensinado nas escolas para a construção de conhecimento geográfico poderoso. E, por fim, na terceira parte, procuraremos dar destaque às contribuições da Geografia Política para a construção de conhecimento geográfico escolar poderoso, um meio para passarmos de uma educação desinteressada e desinteressante a uma educação emancipadora.

Sobre o papel e o valor da Geografia

Apesar das muitas mudanças pelas quais o ensino escolar da Geografia passou, desde o início dos anos 1980⁷³, há ainda alguns desafios a serem observados no sentido de se estabelecer uma Educação Geográfica que se aproxime dos propósitos de uma educação para a cidadania. Defendemos a ideia de que não se pode negar a importância do conhecimento geográfico para a formação do cidadão, concordando com Moreira (2014) para quem o conhecimento geográfico escolar se apresenta como um saber que se destaca entre os que mais problematizam o mundo em que vivemos, cabendo às instituições de ensino um papel fundamental para a difusão desse conhecimento para a sociedade como um todo.

Contudo, não se deve esquecer o uso feito desta e de outras disciplinas para fins de controle da sociedade por diferentes Estados e grupos no poder, a exemplo do chamado Novo Ensino Médio (Gonçalves, 2017), que acabam por afastar a Geografia e a escola, de um modo geral, das possibilidades de uma aprendizagem transformadora (Mezirow, 1994). Relacionada, mais ou menos diretamente, a estas decisões e ações políticas, a importância do conhecimento geográfico e sua validade para a formação de cidadãos é frequentemente questionada: seria o conhecimento geográfico essencial à formação do cidadão? Os conteúdos comumente trabalhados pela Geografia Escolar são relevantes para a vida destas crianças e jovens? Por que muitos dos temas discutidos no âmbito acadêmico não frequentam os currículos escolares?

Como demonstramos (Rodrigues, 2022), estas questões parecem frequentar a formação de professores há muito tempo e não resta dúvida de que estas preocupações são de grande importância. Se retomarmos à própria história de consolidação da Geografia como um campo particular da ciência, veremos que o uso ideológico do conhecimento geográfico escolar, numa perspectiva marcadamente conservadora, pôs à Geografia escolar (além de outras disciplinas escolares):

73 Cabe lembrar que o ensino escolar da Geografia, como demonstrado por Lestegás (2002), teve papel fundamental na formação das identidades nacionais, fato que ocorreu na Alemanha e na França ainda no século XIX e que se estendeu por vários países como o Brasil.

[...] a missão de despertar nas crianças e nos jovens o sentido de pertencimento a uma comunidade nacional ligada a condições de espacialidade e territorialidade muito concretas (...) a transmissão de uma determinada interpretação do passado e do presente que facilitou a construção e difusão de uma representação comum do território, da forma como foi ocupado e aproveitado, dos símbolos e crenças que seus habitantes compartilham, com o fim de colaborar para a construção de uma identidade coletiva, uma ‘consciência nacional’ que contribui para a existência da própria nação (Lestegás, 2002, p. 180-181).

Dava-se ênfase ao reconhecimento das características físicas, populacionais, econômicas do país e a assimilação de elementos identitários/unitários do Estado nacional, relegando a segundo plano as diferenças internas, as peculiaridades regionais, o projeto político de grupos hegemônicos. Esse contexto foi fundamental para a expansão da Geografia como matéria escolar em ritmo mais acelerado do que a própria Geografia acadêmica, com grande demanda por professores e, ao mesmo tempo, pela formação de professores. E, foi precisamente esta demanda que levou a sua institucionalização nas universidades.

Em definitivo, a Geografia [...] foi uma matéria própria do ensino primário e secundário antes de obter um reconhecimento universitário, sendo as necessidades derivadas do conhecimento escolar as que impulsionaram o desenvolvimento do saber geográfico científico. Portanto, e até época muito recente, era do ensino, de suas necessidades e programas de onde a Geografia recebia praticamente todas as suas demandas universitárias profissionais (Lestegás, 2002, p. 182).

Se, neste período que se iniciou em fins do século XX, coube à Geografia Escolar a difusão de um discurso propagandístico, marcadamente ideológico e pretensamente acientífico, a fase que se inicia nos anos 1980 converteu o conhecimento geográfico “[...] em um assunto desnecessário, supérfluo, decorativo, puramente culturalista e, portanto, perfeitamente prescindível” (Lestegás, 2002, p.182).

Estes lugares ocupados pela Geografia escolar, somados a um tratamento didático obsoleto (especialmente face ao avanço das tecnologias de comunicação), estão profundamente relacionados a sua desvalorização (Rodrigues, 2022), estabelecendo-se a necessidade urgente de refletirmos sobre a construção do conhecimento geográfico no âmbito escolar. Seria, então, o conhecimento geográfico difundido no âmbito da formação escolar perigoso, no sentido de se colocar a serviço de ideologias, e, por isso, dispensável para a formação cidadã em sociedades democráticas? Haveria neste conhecimento geográfico um potencial para a formação de cidadãos críticos, ativos e participativos dos processos socioespaciais com vistas à redução das injustiças sociais?

Uma primeira resposta a estas questões deve remeter ao uso ideológico de ou-

tras disciplinas, como a História, indicando que não se trata de uma peculiaridade da Geografia, mas das orientações políticas que embasam a produção do conhecimento em determinados períodos. Redimida de sua “culpa”, a Geografia Escolar tem buscado reencontrar seu lugar no campo da construção do conhecimento dando ênfase ao seu potencial formativo. Nos manifestos “*This is Geography*” (Geographical Association, 2000) e “*This is geography... in school and beyond*” (Geographical Association, 2003), a Associação Britânica de Professores de Geografia, deu destaque a “oportunidades” que se apresentam a partir da disciplina, como a de realizar investigações durante trabalhos de campo, de compreender fenômenos em suas articulações nas escalas local e global e de formar jovens para o exercício pleno da cidadania, dentre outras. Tal potencial poderia, de acordo com Lestegás (2002), ser mobilizado com recurso às aprendizagens significativas.

[...] é preciso recuperar o valor instrutivo e formativo deste conhecimento mediante abordagens rigorosas e científicas que possibilitem aprendizagens significativas, úteis e funcionais em relação com o desenvolvimento intelectual e cívico de cidadãos críticos e comprometidos com a defesa ativa dos valores democráticos (Hernández, 2002, apud Lestegás, 2002, p. 182).

Embora reconheçamos a importância destas contribuições, buscamos na teoria do conhecimento poderosas referências que nos ajudem a avançar neste debate, possibilitando o resgate do valor das ideias geográficas, ou melhor, a importância do raciocínio geográfico para alcançar um objetivo maior, qual seja de ancorar a Geografia Escolar na perspectiva das aprendizagens transformadoras. E, particularmente, como veremos a seguir, as contribuições da Geografia Política para o estabelecimento de uma aproximação entre a Educação Geográfica e a Educação Política.

Reflexões acerca do Potencial do Conhecimento Geográfico

O conhecimento poderoso (*powerful knowledge*) é definido por Michael Young (2008) como aquele conhecimento ao qual os estudantes não conseguem acessar nos seus espaços cotidianos e que encerra a capacidade de os transportar para além das suas vivências já que fornece explicações mais confiáveis, novas formas de pensar sobre o mundo e os possibilita maior engajamento político.

Neste sentido, uma primeira questão a se pensar sobre a construção do conhecimento geográfico escolar diz respeito à especificidade deste conhecimento. Muitas vezes, associado à ideia de transposição didática, como proposto por Yves Chevallard (1985), o saber escolar é apresentado como uma construção derivada do saber acadêmico, numa posição subalterna/dependente a este. Como já demonstramos (Ro-

drigues, 2022), não é nosso objetivo negar a importância da teoria desenvolvida por Chevallard, já que nela dá-se destaque à relação entre o saber escolar e a ciência referente. Contudo, tomamos como pressuposto a natureza específica do conhecimento escolar, construído com referência ao conhecimento científico e às informações de outras fontes (imprensa, anuários etc.), associado a uma cultura escolar particular. O conhecimento escolar, transforma profundamente o saber científico de referência até convertê-lo em um saber específico, uma criação original da escola, com finalidades que lhe são próprias, por meio do qual se transmite uma determinada representação de mundo, cabendo a cada disciplina escolar fornecer um conteúdo específico (Chervel, 1988).

O conhecimento disciplinar revela-se, assim, como o fundamento essencial para torná-lo um conhecimento poderoso. Young (2008) defende que as escolas devem trazer de volta o conhecimento, recolocando-o no coração do processo de formação da criança e do jovem. Para o autor, o conhecimento poderoso está relacionado a questões atuais e futuras, podendo prover poderosos modos de pensamento sobre elas.

No que se refere ao lugar particular reservado ao conhecimento produzido pela ciência geográfica, consideramos que mudanças no processo ensino-aprendizagem articuladas à reestruturação curricular tanto no âmbito da escola básica quanto no campo da formação de professores pode, se relacionado a várias correntes e objetos de análise, prover muitos caminhos para se refletir sobre os problemas do real. Capacitar os estudantes a “pensar geograficamente” e a “agir politicamente” é importante, especialmente se podemos identificar e justificar como este pensamento é poderoso em ajudá-los a compreender o mundo de diferentes formas, particularmente porque o poder das grandes ideias da Geografia pode transformar o modo como os jovens percebem o mundo (Roberts, 2014).

Especificamente quanto ao conhecimento geográfico, de acordo com Brooks, Brut e Fargher (2017), para que este seja “poderoso” deve-se, para além da natureza da política e da prática educacional, considerar as condições da Geografia como campo disciplinar e os debates sobre o conhecimento disciplinar. No âmbito desse trabalho, como já enunciado, nossa atenção se volta mais especificamente para o subcampo da Geografia Política, dadas as possibilidades que se apresentam a partir da análise empreendida pelos geógrafos políticos para se pensar os mecanismos que conduzem à produção de um conhecimento geográfico escolar poderoso.

Como um primeiro passo nesta direção buscamos as contribuições de pesquisas sobre a atualidade da Geografia Política nos currículos e materiais didáticos de geografia utilizados nas escolas. Nas pesquisas organizadas por Werminghoff (2017) e Meirelles (2022) deu-se destaque à predominância de estruturas da Geografia Política clássica e a ausência de teorias e conceitos da Geografia Política crítica em currículos e materiais didáticos de referência para a Educação Geográfica. Destacou-se, também, que os currículos de cursos de formação de professores passam ao largo da incorporação de conceitos e teorias da Geografia Política crítica. E, ainda, a partir da análise atenta do documento de referência mais recente para a educação básica no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), indicou-se que pouca atenção tem sido dada ao conhecimento produzido pela Geografia Política contemporânea quando se trata de elaborar um currículo destinado à formação do cidadão do século XXI.

Para além das necessidades educacionais determinadas pela BNCC, entendemos que a Educação Geográfica deve promover “uma cultura educacional mais plural, que questione estereótipos sociais e promova uma educação verdadeiramente intercultural, antirracista e antissexista, como princípio configurador do sistema escolar como um todo e não somente orientada a determinadas áreas curriculares, situações e grupos sociais” (Candau, 2000, p.158), permitindo o exercício da cidadania, definida aqui como “qualidade ou *status* de cidadão”, “pertença passiva e ativa de indivíduos em um Estado-nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade” (Guerra, 2012, p.62-64). Sendo assim, conforme temos defendido, o estudo de temáticas, teorias e conceitos inerentes à Geografia Política pode se revelar um instrumento de compreensão do espaço vivido e percebido pelos estudantes, auxiliando no combate às injustiças espaciais (Morais; Nunes, 2021).

Ainda, considerando o proposto por Roberts (2014) quanto a necessidade de combinarmos o conhecimento poderoso com pedagogias poderosas, enfatizamos que a organização dos currículos da Geografia no Ensino Básico tem de levar em conta ações didáticas

para estruturar os conteúdos e os conceitos, a metodologia, a didática e sua concepção das ciências para repensar sobre prática na busca de um ensino que inter-relacione as questões do vivido e produzido da sociedade em que o aluno está inserido. Nas últimas décadas, vários foram os estudos que indicam a articulação do conhecimento, a partir do momento em que o professor se reconheça como pesquisador, mediador e orientador desse conhecimento. Ao elaborar o currículo escolar de geografia, o professor deve não só destacar os conteúdos relacionados à ciência geográfica como também organizar suas ações didáticas, com a perspectiva de uma transformação do conhecimento do aluno, e este compreenda a importância da Geografia. Uma das preocupações do professor ao organizar o currículo é articular as aulas e o conhecimento do aluno em relação ao seu cotidiano. Portanto, deve entender os fenômenos geográficos que estão inseridos (Sacramento, 2007, p.8).

Neste sentido, o uso das temáticas, teorias e conceitos da Geografia Política não deve se limitar a uma mera renovação ou inserção de conteúdo, mas também, e principalmente, deve valorizar o desenvolvimento das capacidades de mobilizar os conceitos-chave da ciência para a análise do real e de raciocinar geograficamente, sem perder o foco nos valores básicos que regem a convivência humana, como o diálogo e o respeito às diferenças e a valorização das atitudes nos níveis intrapessoal, interpessoal e de inserção e atuação social. Enxergando-se como sujeito de capacidades múltiplas e como sujeito de relações, o estudante reunirá as melhores condições para desenvolver sua personalidade e agir cada vez com maior capacidade de autonomia, de discernimento, de diálogo, de cooperação e de construção às regras, leis e normas democráticas estabelecidas (Morais; Nunes, 2021).

Reaproximações entre Educação Geográfica e Geografia Política

Em trabalho publicado em 2022, Rodrigues e Lima refletem sobre as contribuições de Teodor Adorno para a compreensão dos episódios de barbárie registrados no Brasil nos anos seguintes à eleição presidencial de 2018, início de um período de recrudescimento de um movimento político de extrema direita. Estaria este estado de coisas associado às deficiências da educação escolar? Por que o acesso aos conhecimentos difundidos pela história, sociologia, filosofia e Geografia, disciplinas obrigatórias no ensino escolar no Brasil⁷⁴, não tem sido suficiente para que muitos brasileiros rejeitem tal visão de mundo?

Os autores recuperam o proposto por Adorno (1995) sobre a perspectiva da educação para emancipação, aplicando suas ideias ao contexto brasileiro deste período. E propuseram um ensaio de diálogo entre a educação emancipadora, analisada por Adorno, e a restauração da condição humana, proposta por Edgard Morin, como caminho para a compreensão e superação de visões de mundo que levaram o país a um governo de extrema-direita, eleito para o período 2019-2022, e para vencer os desafios colocados a uma educação escolar que deve colaborar para se evitar um retorno à “sociedade dos cotovelos” (Adorno, 1995) – representada no cotidiano de brasileiros por episódios de negação da ciência, desvalorização das escolas, ataques a minorias e outros.

Neste sentido, na análise de Rodrigues e Lima (2022), tendo em conta a ideia central de que a educação para a desbarbarização, para a humanização, tornou-se uma questão urgente, buscou-se identificar as lacunas deixadas pela educação geográfica, em particular no que se refere à formação política do cidadão comprometido com a perspectiva de uma sociedade mais decente e mais justa. Argumentou-se que este caminho tem de, necessariamente, considerar a aproximação efetiva entre a educação geográfica e a educação política. Revela-se, desse modo, a essencialidade da Geografia Política – campo de estudos da Geografia que “analisa como os fenômenos políticos se territorializam e recortam espaços significativos das relações sociais, dos seus interesses, solidariedades, conflitos, controle, dominação e poder” (Castro, 2005, p.53).

Num primeiro esforço de aproximação ao proposto, lembramos que os processos são construídos no e pelo espaço, *locus* privilegiado dos encontros entre os momentos passados (cristalizados) e futuros, mediado pelas relações sociais no presente (Santos, 1994). Num processo recursivo, tomado por conflitos e contradições. Espaço visto não apenas como um receptáculo dos objetos, mas também um meio do ca-

74 Cabe esta obrigatoriedade, a partir da homologação da Nova Lei do Ensino Médio em 2022, passou a se limitar ao ensino fundamental. A Nova Lei do Ensino Médio definiu como parâmetro para o ensino médio, uma estrutura curricular mais flexível. Apenas as disciplinas de português, matemática e inglês se mantiveram como disciplinas obrigatórias para os estudantes. As demais disciplinas, a depender do percurso de aprendizado escolhido pelo estudante, poderão ou não ser oferecidas pelas escolas, com efeitos sobre a redução na sua oferta e, em alguns casos, no seu desaparecimento dos currículos de várias escolas.

minho, manipulável, individual ou coletivamente, que embute uma ideologia e um saber a fim de garantir a reprodução das estruturas de poder (Lefebvre, 2008). Um espaço simultaneamente homogêneo, fraturado, desarticulado e abstrato-concreto; não o espaço exclusivo dos gestores, urbanistas, arquitetos, mas sim o espaço do cotidiano, do lazer, das particularidades étnicas e religiosas e do exercício da política.

Tal compreensão do espaço é essencial. Analisar o espaço como uma arena de debates e diálogo, mediado pela política, entre os diferentes grupos, nos possibilita demonstrar como o espaço pode ser condição de cidadania (Morais, 2021). Diante das idiosincrasias da sociedade e da necessidade de mediar as paixões, é por meio do e no espaço que homens e mulheres podem se tornar seres políticos, por meio de ações que nunca se realizam no isolamento e configuram acordos, negociações, regras e leis entre iguais (Arendt, 2012).

A escola por exemplo, enquanto definidora de valores de cidadania, surge como lócus de afirmação identitária e códigos de disputa na arena política, o que revela, para a Geografia, a necessidade de se repensar os conflitos, as disputas e os acordos, expressos no espaço, “que animam a vida política em geral e o ambiente democrático em particular” (Castro, 2013). Em sua análise sobre as práticas religiosas umbandistas na metrópole carioca, Moraes (2017; 2021) destacava que o nível de identidade socioespacial dos umbandistas não atendia aos direitos dos atores sociais que as expressavam, tanto no âmbito material quanto no espiritual-simbólico. O desvendamento deste e de outros inúmeros conflitos, que emergem no espaço revelando situações de injustiças espaciais, requer a compreensão de como os arranjos espaciais são afetados pela política e de como esta, compreendida como a mediadora das paixões, pode fortalecer o respeito à liberdade e à pluralidade de visões de mundo. Compreendida a política, como indicado por Castro (2005, p.49), como a “essência das normas socialmente instruídas para o controle das paixões (interesses, conflitos, ambições, escolhas etc.), tornando-se a condição do surgimento do espaço político onde é possível a convivência entre os diferentes”.

A vontade dos diferentes sujeitos e grupos sociais, classificada como a “determinação material fundamental da definição do poder político” (Dussel, 2007, p.26-27), precisa ser potencializada para que suas demandas possam se tornar objeto de uma decisão consensual quanto ao cumprimento das reivindicações comuns e particulares. O consenso entendido como um “acordo entre os participantes, como sujeitos, livres, autônomos, racionais” (op. cit., 2007, p.26-27).

Por meio da construção de mecanismos técnico-instrumentais se expressam vontades, se manifesta o poder político, organizando-se um espaço político (Castro, 2005; 2017). No espaço político ocorrem concomitantes ações políticas de diversos grupos, onde o incalculável e o improvável podem ser criados (Arendt, 2012). Cabe aqui um breve esclarecimento sobre a distinção entre espaço político e espaço público. De acordo com Gomes (2002; 2012), o espaço público é o local onde ocorre o conflito entre os diferentes e a política se manifesta. Estes espaços públicos, como as praias, praças, ruas e cemitérios, onde todos devem respeitar e seguir as mesmas regras, é o *locus* do exercício da cidadania, ou seja, são objetos de uma legislação que regula o acesso. O espaço público, de acordo com Castro (2004), é o espaço do ver e do ser visto entre livres e iguais. Nestes espaços concretos, de acordo com a autora,

materializam-se tensões que resultam de mudanças institucionais, da regulação do comportamento estabelecida formalmente pela política para o enfrentamento dos conflitos de interesses ou subversão de normas estabelecidas pelo poder político. Os espaços públicos são

lugares onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate, e a problematização da vida social é posta em cena. Ele constitui, por isso, uma arena de debates, mas também um terreno de reconhecimento e de inscrição dos conflitos sociais. Por essa razão, esses espaços são marcadores fundamentais da transformação social (Gomes, 2012, p.24).

Marcados pela existência de regras e normas necessárias ao convívio entre os igualmente livres, mas diferentes, podem se definir como espaços da política, *locus* da manifestação do poder político. De acordo com Arendt (2012), o homem sai, transpõe o espaço privado (casa), encontra a liberdade dele e, da ação política, possui um objetivo, uma meta e um sentido. Por isso, argumenta a autora, é no espaço político que ocorrem concomitantes ações políticas de diversos grupos, onde o incalculável e o improvável podem ser criados.

O espaço político⁷⁵, de acordo com Castro (2004), se diferencia do espaço público por ir além da sociabilidade, da visibilidade e da coexistência dos diferentes. É caracterizado pelo enfrentamento entre os grupos plurais (tendo a política como mediadora) que se rebelam e propõem a criação de uma agenda governamental que promova mudanças que afetem a vida de todos. Vai além da expressão de opinião, implicando o perigo de assumir os riscos da negociação de algo que almeja. O espaço político é “delimitado pelas regras e estratégias da política... espaço dos interesses e dos conflitos, da lei, do controle e da coerção legítima” (Castro, 2005, p.93).

Nesse sentido, torna-se fundamental trazer a Geografia Política para o espaço escolar através da discussão sobre espaço político (Castro, 2017; Azevedo, 2016b; Machado Filho, 2017). Azevedo e Morais (2014) defendem que a Constituição Cidadã de 1988 traz inovações institucionais extremamente relevantes que precisam ser cooptadas pelos (as) docentes de Geografia para a formação cidadã dos (as) estudantes do Ensino Básico. Sendo assim, entender o sistema político brasileiro, o federalismo e o papel do município à luz do espaço, este como importante componente da construção da democracia, tomando sempre o cuidado de não haver uma simplificação ou reducionismo desta última. Cabe ao (à) docente, o papel de ser defensor da política, de suas boas práticas, mediando conflitos e criando estratégias pedagógicas que façam os (as) estudantes refletirem que suas trajetórias precisam de um espaço e, principalmente de um espaço político. Como exemplo, o autor, em artigo publicado na Revista Giramundo (Azevedo, 2016a), propõe uma prática pedagógica que, inicialmente, apresenta o conceito de espaço político e suas implicações para a democracia para, em seguida, estimular os (as) estudantes a pesquisarem se os Conselhos Muni-

75 Para um maior aprofundamento desse debate, veja o capítulo 6 desta coletânea.

cipais do Município do Rio de Janeiro (RJ) podem ser considerados espaços políticos que favorecem a democracia local.

Retomamos aqui a proposição anteriormente enunciada quanto à necessidade de os estudantes, ao longo da sua formação escolar, acessarem conhecimentos especializados, conhecimentos poderosos/empoderadores, que os permitam revisitar e transpor os saberes construídos a partir de suas vivências. Compreender o significado e a importância do espaço político para o alcance das demandas sociais e a concretização de projetos que apontem para a redução das injustiças sociais é uma das potências da Geografia Política. Devendo, por isso, ocupar espaço privilegiado no debate e na formulação de currículos e materiais escolares destinados à formação do jovem cidadão do século XXI.

Cidadania e Geografia Escolar

Cabe, neste sentido, dar destaque a outra preocupação central, a do sentido da cidadania. Embora se estabeleça como meta geral da educação a formação cidadã, deve-se atentar para a complexidade deste conceito e, portanto, os riscos de banalização do seu sentido. A cidadania está relacionada a um conjunto de direitos.

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei; é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais (Pinsky, 2013, p.9).

O cidadão pleno é titular dos três direitos, numa condição de isonomia. Ou seja, goza do direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei, participa no governo da sociedade, organizando partidos, votando e sendo votado, e tem acesso garantido à educação e saúde de qualidade, a um salário justo e à aposentadoria (Carvalho, 2013). Nesse sentido, como defendido por Azevedo (2012, p. 35), “há, primeiramente, a necessidade de equiparar legalmente todos os indivíduos, tornando-os, assim, cidadãos, ou seja, sujeitos dotados de iguais direitos e deveres perante o Estado”. Cabe lembrar que, como alertado por Carvalho (2013), a cidadania brasileira seguiu um caminho distinto daquela analisada por Marshall para o caso da Inglaterra.

ra⁷⁶. No Brasil, os direitos sociais, para os quais se deu maior ênfase, precederam os direitos civis e políticos. Essa inversão, segundo o historiador, gerou consequências para a construção da cidadania no país, como o aumento excessivo da força do Poder Executivo, do messianismo político, do corporativismo, do clientelismo e da desvalorização do Legislativo. A organização autônoma de grupos da sociedade que buscam visibilidade e reconhecimento, neste contexto, foi prejudicada. E, predominaram o impessoalismo de procedimentos, pautado numa multiplicidade de classes, grupos, partidos e cidadania, onde os recursos seriam transferidos de maneira impessoal.

Tal debate, sobre os sentidos da cidadania, demanda a atenção da escola básica para outro aspecto da vida política, a democracia, e a complementaridade entre os dois conceitos. Como demonstrado por Castro (2013, p.33), a “democracia supõe um modo institucionalizado de resolução de conflitos”. Contudo, cabe esclarecer que a legitimação das práticas sociais por meio da legislação não tem sido suficiente para atender as demandas dos diferentes grupos sociais. Em particular, no caso brasileiro, apesar dos avanços obtidos com a Constituição de 1988, conhecida como “Constituição cidadã”, não foi possível garantir a diminuição da violência e do preconceito. As transformações sociais teimam em não acompanhar os avanços institucionais (Morais, 2021).

O período mais recente, destacado no início deste trabalho, nos serve como um registro concreto desta dificuldade. O impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, considerado por vários estudiosos como um golpe parlamentar (Jinkings; Doria; Cleto, 2016; Krawczyk; Lombardi, 2016), provocou um acirrado debate político no Brasil que acabou por ingressar num período de recrudescimento dos discursos de ódio, amplamente difundidos por meio das redes sociais.

A preocupação com o retorno à sociedade das cotoveladas, à barbárie, nos alerta para a necessidade de recuperarmos os conceitos de cidadania e de democracia, a noção de direitos (sociais, políticos, civis), dentre outras como federalismo, liberdade de expressão, *ethos* republicano, como questões de interesse da educação geográfica. A potência da Geografia Política mais uma vez se revela pela via da preparação dos jovens para a participação, direta ou indireta, na vida política do país. Pelo reconhecimento, garantido juridicamente, das práticas sociais que retroalimentam o sentimento identitário, essencial para a demanda cidadã de vários grupos, e a própria democracia.

Cabe ressaltar que ao Estado democrático de direito a tarefa de garantir sua participação, com segurança, nos debates e decisões políticas, agindo contra a propagação de discursos extremistas e as consequentes reverberações espaciais do ódio que se propaga via Instagram, Twitter, Facebook e WhatsApp (Morais, 2010; 2021).

O ódio, segundo Arendt (1970, apud Gomes, 2019, p.39), “não é de forma alguma uma reação automática à miséria e ao sofrimento como tais”, mas surge onde

76 “Na sequência inglesa, havia uma lógica que reforçava a convicção democrática. As liberdades civis vieram primeiro, garantidas por um Judiciário cada vez mais independente do Executivo. Com base no exercício das liberdades, expandiram-se os direitos políticos consolidados pelos partidos e pelo Legislativo. Finalmente, pela ação dos partidos e do Congresso, votaram-se os direitos sociais, postos em prática pelo Executivo. A base de tudo eram as liberdades civis” (Carvalho, 2013, p.220).

existirem motivos plausíveis que justificariam as condições existentes que não são modificadas, ou seja, “somente onde o nosso senso de justiça for ofendido é que reagiremos com ódio”. Organizações que reagrupam os ressentimentos, frustrações, indignações e reivindicam vingança e/ou reparação, além das já citadas “perda de alcance e reconhecimento de partidos políticos, sindicatos e outras associações, que sempre canalizaram as frustrações e queixas e prometeram reparação em troca da adesão” são as origens do ódio que se difunde pelas redes sociais, que permitem imediatismo, controle, reciprocidade local e co-presença, canalizando as frustrações, ressentimentos, arbitrariedades e provocando a tirania da intimidade (Gomes, 2019; Innerarity, 2018).

Apoiados nas ideias de Castro (2005) e Castro e Azevedo (2022), propomos, ainda, dar destaque à escala local da análise. A aproximação com o espaço vivido, percebido, pelos estudantes confere maior visibilidade às questões que afetam o cotidiano dos cidadãos, servindo como escala privilegiada para a compreensão pelos dos arranjos espaciais que fundam a ação política. No caso brasileiro, com a maior autonomia de gestão reservada aos municípios na Constituição Federal de 1988, este ente federativo torna-se um *locus* privilegiado das manifestações e reivindicações dos grupos sociais.

Em sua pesquisa sobre o papel da educação geográfica para a promoção da cidadania ativa, Albuquerque (2021; 2023) aponta para os preconceitos advindos da inadequada ou inexistente educação para a política nas escolas. Analisando as respostas de estudantes do ensino fundamental para questões sobre a representação e a participação políticas no Brasil, o pesquisador concluiu que o trabalho desenvolvido pelos professores de Geografia nas escolas deve incorporar temas e debates que contribuam para a participação mais ativa dos sujeitos sociais nos processos decisórios que afetam o seu cotidiano, mais ou menos diretamente.

Complementarmente, devemos recordar o proposto por Boroski e Fonseca (2017), quanto à inserção do tema do federalismo nos currículos da Geografia, chamando a atenção para a necessidade de consideração de outras escalas de análise.

a escala local (e, portanto, o município) aparece com maior potencialidade para a criação de uma cidadania verdadeiramente plena porque é nela onde o processo de socialização histórico e as relações sociais acontecem de forma mais evidente tendo em vista a importância da proximidade geográfica. Mas, a compreensão da cidadania se faz a partir de um diálogo incessante entre as escalas e que, de fato, perpassa por diversas delas através da transescalaridade. Isso é fundamental para que não caiamos no reducionismo e no paroquialismo local, estudando o município por ele mesmo. O desafio está justamente em compreender o local inserido dentro do contexto espacial, econômico, social, político e institucional do qual faz parte. E dentro desta perspectiva, o município não é apenas a dimensão da vivência (lugar, espaço vivido), mas também locus da produção e reprodução de relações de poder, interesses e embates políticos, representatividade política, expressão local do Estado no território e com capacidade de gerar normas de regulação, uso e ocupação do território. Essa abordagem tem a vantagem de diminuir a predominância exagerada de enfoques culturais ou econômicos, como

tem sido de costume, bem como abordagens que valorizam apenas as escalas nacional e supranacional para explicar os processos locais. Ao colocarmos essa especificidade do município no federalismo brasileiro enquanto objeto de estudo da educação básica, estamos permitindo que o aluno amplie sua compreensão política sobre a realidade social em que está inserido. Mais do que isso, é a partir desta realidade que o aluno pode alcançar noções mais universais da geografia política, como aquelas relativas ao estado e à gestão territorial (Boroski; Fonseca, 2017, p.94).

Trata-se, de certa forma, de uma aproximação ao proposto quanto à formação de cidadãos cujas capacidades os possibilitem a compreensão de que os fenômenos, embora percebidos em seus cotidianos, não estão isolados, mas manifestam-se em suas articulações entre diferentes escalas, locais, regionais, nacionais, globais. E, também, da consideração do estudante como um cidadão globalmente inserido para quem a resposta aos problemas cotidianos pode estar em locais distintos e distantes. Desse modo, o recurso à escala geográfica se apresenta como uma importante estratégia metodológica para a educação geográfica no seu propósito de reconhecimento e compreensão do mundo, nos obrigando a repensar urgentemente a consolidada estrutura de estudos baseados nas regiões mundiais (Europa, Ásia, África etc), por exemplo.

Para finalizarmos, sem, contudo, termos a pretensão de encerrar este denso debate, é fundamental considerarmos para a formação dos estudantes a importância do reconhecimento e valorização das diferenças, bem como das lutas que surgem a partir dos conflitos de interesses. É pelas lutas ou mais especificamente pelos movimentos de resistência que visões hegemônicas, dominantes e excludentes podem ser questionadas, possibilitando o florescer de outros modos de ver e pensar o mundo. Trata-se de considerar os movimentos de resistência como parte da luta política, da ação política para a realização de demandas de grupos minoritários, excluídos. Como alertado por Lima (2013, p.158): “resistência que não se deve confundir com quaisquer outras circunstâncias em condição de exterioridade às relações de poder, mas, antes de tudo, como parte imanente dessas relações mesmas [...] contraface do exercício de poder constituído por múltiplas, simultâneas e assimétricas ofensivas estratégicas”.

Tendo em mira o propósito principal de construção de um conhecimento geográfico poderoso, a consideração das lutas sociais, dos movimentos de resistência e das contra hegemônias na produção do espaço social, é de fundamental importância para a formação de sujeitos preocupados e ocupados com a redução das injustiças socioespaciais. Neste sentido, noções presentes no debate contemporâneo da Geografia Política, como decolonialidade e antigeopolíticas, devem ser incorporadas aos currículos escolares da Geografia.

Como exemplo, podemos tomar nossa análise feita sobre os imaginários de resistência presentes em filmes sobre as ditaduras civil militares na América Latina (Rodrigues, 2018). Foram analisados três filmes produzidos no contexto do chamado Cinema do Terceiro Mundo que revelam a existência de um imaginário de resistência, uma antigeopolítica, que se opõe à geopolítica hegemônica desenhada naquele contexto e apresentada nos filmes de Hollywood. O núcleo duro da antigeopolítica, de acordo com Routledge (1999), é formado pelos movimentos sociais, dissidentes, em

seu papel de desafiar o poder do Estado e das instituições internacionais para ativar programas políticos e econômicos particulares.

Enxergando-se como sujeito de capacidades múltiplas e como sujeito de relações, o estudante deverá, ao longo de sua trajetória escolar, ter acesso aos conceitos e temas da Geografia Política para, por meio de situações geográficas, desenvolver o raciocínio geográfico, de suma importância para que possa agir com autonomia, discernimento, cooperação e respeito às regras, leis e normas instituídas e instituintes (Morais; Nunes, 2021).

Trata-se de um enorme desafio colocado à educação geográfica. Impondo-se a necessidade de maior diálogo entre os saberes escolar e o saber acadêmico. E, fundamentalmente, da aproximação aos avanços do campo da Geografia Política, vista por nós como uma importante fonte para a formação cidadã considerada em suas possibilidades de transformação da realidade socioespacial na direção de uma sociedade mais justa. Esta é apenas parte do desafio posto à Geografia, e em particular à educação geográfica, à formação de professores, às políticas curriculares, à produção de material didático, dentre outros.

Considerações Finais

As reflexões aqui apresentadas têm como pressuposto a ideia de que se faz urgente retomar os debates sobre a educação política em suas relações estreitas com a Educação Geográfica. Nosso propósito mais geral é o de contribuir para os debates sobre os rumos da ciência geográfica no Brasil atual, dando-se maior visibilidade aos nexos existentes e necessários entre a Geografia Política e a Educação Geográfica que se pretende como integrante de um processo de educação emancipadora. Bem como, de habilitar o cidadão brasileiro para, além de pensar geograficamente, incorporar o conhecimento geográfico acumulado ao longo de sua formação escolar como um conhecimento que o torne capaz de compreender e de agir politicamente com relação aos problemas que se manifestam no mundo contemporâneo.

Justificamos esta opção, de um lado, pelas tentativas recentes de institucionalização de limites à pesquisa e ao ensino das Ciências Humanas, aproximando-se daquele discurso de neutralidade que marcou a ciência e que influenciou profundamente a Geografia Escolar durante um período importante da nossa história. Após um período voltado à afirmação da sua identidade, vivido ao longo dos anos 1980, à Geografia brasileira não resta dúvidas da importância do conhecimento geográfico e do seu lugar e especificidade no seio das ciências humanas. De outro, porque entendemos que para alcançarmos os objetivos mais amplos da formação cidadã, indicados como meta essencial em políticas e programas dirigidos à educação no Brasil, precisamos percorrer uma trajetória que dialoga diretamente com os fundamentos da política. E, ainda, porque defendemos que a educação deve ser necessariamente emancipadora possibilitando aos grupos minoritários, excluídos, não hegemônicos o acesso a um conhecimento que opere como referência para suas lutas por condições dignas, menos desiguais, mais justas.

Em nossa análise, dialogamos com algumas ideias que apontam para a urgência da educação recuperar seu papel emancipador, possível se considerada a escola espaço preferencial para a construção de conhecimento poderoso/empoderador. Para tal, defendemos uma revalorização dos fundamentos da política em suas articulações com a produção do espaço, cabendo aos geógrafos políticos contribuir na construção de currículos escolares e da formação de professores.

Somente desse modo poderemos caminhar na direção de reafirmar o potencial da educação geográfica para a formação de cidadãos capazes não apenas de pensar geograficamente, mas principalmente de agir politicamente na direção da construção de uma sociedade mais justa.

Referências

- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALBUQUERQUE, R. H. **O Papel da Educação Política na Construção de um Conhecimento Geográfico Poderoso na Escola**. Dissertação de Mestrado. PGE PUC-Rio. 2021.
- ALBUQUERQUE, R. H. **Política e Cidadania na Educação Geográfica: o letramento político na formação do estudante do ensino básico**. In RODRIGUES, R. (org.) *O Professor de Geografia e Suas Práticas*. Rio de Janeiro: Consequência. 2023.
- ARENDT, H. **O que é política?** Editora Bertrand Brasil, 2012.
- AZEVEDO, D. A. **Resgatando e expandindo a Geografia política no ensino médio**. Revista Giramundo, v. 3, 2016a.
- AZEVEDO, D. A. **A democracia participativa como um sofisma: uma interpretação geográfica da democracia**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGG, 2016b.
- AZEVEDO, D. A. **Divisão municipal e o exercício da cidadania em espaços desiguais: os casos do Piauí e Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGG, 2012.
- AZEVEDO, D. A., MORAIS, M. A. **Ensino de geografia: novos temas para a geografia escolar**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- BOROSKI e FONSECA, BOROWSKI, L. M.; MARTINS DA FONSECA, A. A. O Ensino da Geografia Política Local na Escola como Perspectiva de Efetivação da Cidadania. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 88-98, 2017
- BROOKS, C., BRUTT, G. e FARGHER, M. (edit) **The Power of Geographical Thinking**. Springer/IGU: London, 2017.
- CANAU, V. A didática hoje: uma agenda de trabalho. In: CANAU, V. (org.). **Didá-**

tica, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2000.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal.** Rio de Janeiro: Zahar, Brasil, 2018.

CASTRO, I. E. Espaços públicos: entre a publicidade e a política. **ALCEU**, Vol.4, n.8, Rio de Janeiro, 2004.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, I. E. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTRO, I. E. **Os espaços políticos da democracia. Uma contribuição da geografia política ao debate e à análise do mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/GEOPPOL, 2017.

CASTRO, I. E.; AZEVEDO, D. A. Por que é preciso falar de municípios e de geografia política. **Revista Conhecer – debate entre o público e o privado**, v.12, p.31-54, 2022.

CHERVEL, A. L'histoire des disciplines scolaires: réflexions sur un domaine du recherche. **Histoire de l'Éducation**, nº38, pp.59-119, 1988.

CHEVALLARD, Y. **La transposition didactique. Du savoir savant au savoir ensei-gné.** Grenoble, La Pensée Sauvage, 1985.

DUSSEL, H. **20 Teses de política.** Buenos Aires: CLACSO: São Paulo: Expressão Popular, 2007.

EATWELL, R. e GOODWIN, M. **Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal.** Editora Record, 2020.

Geographical Association. **This is Geography in School and Beyond.** Sheffield. <http://www.geography.org.uk>, 2003.

Geographical Association. **This is Geography**, Sheffield. <http://www.geography.org.uk>, 2000.

GOMES, P. C. C. **A Condição urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, P. C. C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GOMES, P. C. Qual a cor da sua revolta? Na França, os coletes são amarelos! Exercício analítico da dimensão político-espacial de um movimento social. **Geografia**, v.21, n.45, p.3-15, 2019.

GONÇALVES, S. Interesses Mercadológicos e o “novo” Ensino Médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, jan./jun. 2017.

GUERRA, S. **Direitos Humanos e cidadania**. São Paulo: Atlas, 2012.

INNERARITY, D. **Política para perplejos**. Galaxia Gutenberg, S.L., 2018.

JINKINGS, D. C. (orgs). **Por que Gritamos Golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo. 2016.

KRAWCZYK, N.; LOMBARDI, J. C. (orgs.) **O Golpe de 2016 e a Educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações. 2016.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LESTEGÁS, F. R. Concebir la Geografía Escolar desde una Perspectiva: una disciplina al servicio de la cultura escolar. **Boletín de La AGE**, nº33. P.171-186, 2002.

LIMA, I. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto**, PPGG-UFRJ, v.3, n.2, p.149-168, 2013.

MACHADO FILHO, G. F. **Espaços da política: a relação entre o espaço político das assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGG, 2017.

MEIRELLES, G. P. **Antigepolítica em campo: futebol, geopolítica e a construção do conhecimento poderoso na educação básica**. Dissertação de Mestrado. PGE PUC-Rio, 104p., 2022.

MEZIRROW, J. Understanding Transformation Theory. **Adult Education Quarterly**, n.44, v.4, p.222-232, 1994.

MORAIS, M. A. **Umbanda, territorialidade e Meio Ambiente: Representações socioespaciais e Sustentabilidades**. Dissertação de Mestrado. PGE PUC-Rio, 2010.

MORAIS, M. A. **Espaços da religião na cidade do Rio de Janeiro: conflitos e estratégias nas práticas umbandistas**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2017.

MORAIS, M. A. e NUNES, R. A formação do profissional de geografia e inclusão social: as possibilidades da lei federal 10.639 no combate à intolerância religiosa. **Anais do II Encontro Nacional de Inclusão Escolar em Geografia: (re)pensando saberes e práticas**, 2021.

MORAIS, M. A. **Espaço, política e religião: a construção de espaços políticos por grupos umbandistas na cidade do Rio de Janeiro**. Curitiba: Editora Appris, 2021.

MOREIRA, R. **O Discurso do Averso: para a crítica da Geografia que se ensina**. Editora Contexto, 2014.

MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro** (2a. edição). São

Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PINSKY, J. Introdução. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2013.

ROBERTS, M. Powerful Knowledge and geographical education. **The Curriculum Journal**, 25(2): 187-209, 2014.

RODRIGUES, R. e LIMA, I. Geographycal Education Against Barbarismo. **IGU Geography Education Comission**. Rennes, 2022.

RODRIGUES, R. O Cinema do Terceiro Mundo sob o Olhar da Antigeopolítica: ditadura e resistência na América Latina. **GEOgraphia**, v. 20, n. 42, p.89-100, 2018.

RODRIGUES, R. O Poder do Conhecimento Geográfico Escolar para a Cidadania Ativa. **e-Mosaicos**. Rio de Janeiro: UERJ. v.11, nº. 28. p.198-210, 2022.

ROUTLEDGE, P. Survival and Resistance. In: CLOCKE, P., GRANG, P.; GOODWIN, M. (eds.) **Introducing Human Geographies**. London: Hodder Arnold. 2. ed., 1999, p. 211-224.

SACRAMENTO, A. C. R. **O Currículo na construção do conhecimento geográfico: um estudo da ação docente de duas escolas estaduais de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

UOL Notícias. 17/06/2013. “Sem partido!”, gritam manifestantes contra uso de bandeiras em protesto em SP. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/17/sem-partido-gritam-manifestantes-contra-uso-de-bandeiras-em-protesto-em-sp.htm> Acesso em 31/05/2023.

VELASCO e CRUZ, S; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs.) **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

WERMINGHOFF, F. Geografia política crítica e antigeopolítica: por novas formas de abordagem nos livros didáticos. Monografia. UFF, 2017.

YOUNG, M. **Bringing Knowledge Back In: from social constructivism to social realism in the sociology of education**. London: Routledge, 2008.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.